

WITTGENSTEIN, A ARBITRARIEDADE DA GRAMÁTICA E O FIM DA FILOSOFIA ESPECULATIVA

WITTGENSTEIN, THE ARBITRARINESS OF GRAMMAR AND THE END OF SPECULATIVE PHILOSOPHY

Pedro Henrique Nogueira Pizzutti¹

Resumo: Tendo como definição de modo especulativo de se fazer Filosofia a busca por um conhecimento *a priori*, essencial, necessário e universal, da estrutura do mundo. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a ideia wittgensteiniana de arbitrariedade da *gramática* e conceitos relacionados, tais como: *proposição gramatical* e *forma de representação*, e a partir deles dissolver as tentativas de uma Filosofia a partir dos moldes especulativos.

Palavras-chave: Wittgenstein. Arbitrariedade da *gramática*. Filosofia especulativa.

Abstract: Taking as definition of the speculative mode of philosophy the search for an *a priori* knowledge, essential, necessary and universal of world's structure. The present work aims to introduce the Wittgensteinian idea of arbitrariness of *grammar* and related concepts, as: *grammatical proposition* and *representation form* and by that to dissolve the attempt of a philosophy by the speculative molds.

Keywords: Wittgenstein. Arbitrariness of *grammar*. Speculative philosophy.

Introdução

Existe algum sentido em uma investigação filosófica especulativa, no sentido de uma busca por um conhecimento *a priori* e ultra-empírico da realidade? Existe algum sentido em uma investigação que procura pelas características essenciais do mundo, isto é, aquilo que é universal e necessário? Existem, a rigor, problemas filosóficos? A tradição da Filosofia Analítica, principalmente em seu início, defendeu o ponto comum de que não há problemas filosóficos no sentido tradicionalmente entendido, isto é, como questões acerca do fundamento último do mundo; e, portanto, não haveria sentido em uma filosofia especulativa, metafísica². Tais “problemas filosóficos” nasceriam de um

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e bolsista CAPES por meio do programa de pós-graduação em Filosofia *stricto sensu* da mesma universidade. E-mail: pedropizzutti@gmail.com.

² Entendemos filosofia especulativa, de modo geral, como a busca por um conhecimento que se refere a objetos, ou a conceitos de objetos, que não se pode chegar por meio da experiência empírica, mas apenas através de uma especulação filosófica. Em resumo, entendemos por especulação uma investigação acerca de um conhecimento que não encontra fundamento ou justificação na experiência ou observação empírica, por isso, um conhecimento *a priori* da realidade (ABBAGNANO, 2007, p. 353-354). Nesse sentido, a filosofia especulativa está em estreita relação com a Metafísica, que definimos por “ciência” ou

mal-uso da linguagem. Não obstante, mostrar como estes não passam de confusões linguísticas seria o papel negativo da filosofia analítica. No presente artigo, focamos em uma forma como a filosofia tardia de Wittgenstein pode contribuir para este objetivo.

Nas *Investigações Filosóficas*³, obra que marca a fase madura de seu pensamento, Wittgenstein sustenta que os resultados em Filosofia consistiriam na descoberta de um simples absurdo e nas contusões que o entendimento recebera ao ir de encontro às fronteiras da linguagem (*IF*, §119). Afirma, conseqüentemente, que, em filosofia, não se pode construir nenhuma espécie de teoria⁴, toda e qualquer elucidação deve ser abandonada em detrimento de uma descrição do funcionamento de nossa linguagem (*IF*, §109). De modo que, os “problemas filosóficos” nasceriam de ilusões causadas pelo enfoque exclusivo nas formas linguísticas (*IF*, §110, 111).

A linguagem é uma atividade regida por regras. O conjunto destas, que constituem nossos esquemas conceituais, é o que Wittgenstein chama de *gramática*. A *gramática*, por sua vez, é arbitrária (*IF*, §497), isto é, não responde a uma essência ou estrutura primordial da realidade. Por conseguinte, se *regras* não são *descrições*, não faz sentido falar de verdade ou falsidade no que tange as *regras gramaticais*. E, uma vez posto que a análise wittgensteiniana versa sobre os diversos usos das expressões linguísticas na linguagem ordinária, segue-se que devemos olhar não para a forma das expressões linguísticas, mas para os usos e funções destas em nossa linguagem.

A ideia de arbitrariedade da *gramática* e o *insight* de que se deve atentar para o uso e não para a forma, permite que compreendamos como Wittgenstein lida com as chamadas, na literatura filosófica, *proposições necessárias*, sentenças⁵ como: “todo

filosofia primeira que tem por objeto o objeto de todas as outras ciências e como princípio, um princípio que condiciona a validade de todos os outros. Assim, a Metafísica é entendida como a “ciência” daquilo que está além da experiência, mas que condiciona, em maior ou menor grau, todo o conhecimento humano por meio da experiência (ABBAGNANO, 2007, p. 660-661). A História da Filosofia é permeada com vários exemplos desse tipo de constructo e investigação, tais como: o mundo das Ideias de Platão, a busca pela causa primeira em Aristóteles, a procura do fundamento verdadeiro de todo conhecimento em Descartes; a pesquisa acerca das condições transcendentais de toda experiência possível em Kant; o Absoluto em Hegel; o mundo dos pensamentos de Frege; a sintaxe lógica última e universal no *Tractatus* do jovem Wittgenstein. É contra esse tipo de concepção filosófica, que busca pelas características essenciais da realidade, que lutamos nesse artigo, isto através da filosofia tardia de Ludwig Wittgenstein.

³ Doravante *Investigações* ou *IF*.

⁴ Wittgenstein toma a Ciência como o paradigma de construção teórica. Teorias científicas permitem predições de eventos e explicações hipotético-dedutivas de fenômenos. Comumente envolvem idealizações, mas são testáveis com base na experiência e podem ser falseadas frente a descoberta de novos fenômenos. Pela natureza metafísica e especulativa dos objetos da Filosofia, esta não pode produzir afirmações que são testáveis e sujeitas a falseamento pela experiência. Assim, se o paradigma de teoria são teorias científicas, não há teorias em Filosofia. E se o paradigma de explicação é a explicação científica, não há explicações em Filosofia (HACKER, 1996, p. 113-114);

⁵ Neste artigo utilizamos os termos proposição, sentença e enunciado indistintamente e, portanto, como sinônimos.

corpo tem uma extensão”; “todo efeito tem uma causa”; “ $2+2=4$ ”; “ p ou $\text{não-}p$ ”; “preto é mais escuro que branco”; “vermelho é uma cor”. Proposições que sempre inspiraram investigações filosóficas especulativas acerca de seu caráter, à primeira vista, necessário⁶. Assim, o “problema filosófico” residiria na aparente necessidade das Leis da Lógica, das proposições da Aritmética, da Geometria e do que parecem ser verdades metafísicas, por exemplo. Mas qual seria a fonte desta necessidade?

Muitas respostas apareceram ao longo da História da Filosofia; houve quem dissesse que tal necessidade repousaria na natureza das coisas, nos caracteres de objetos metafísicos; na natureza dos universais; nas estruturas transcendentais que a mente humana impõe sobre os dados dos sentidos; no significado das palavras ou mesmo nas consequências de nossas convenções (BAKER & HACKER, 2009, p. 242). Todavia, Wittgenstein propõe que estas sentenças são *proposições gramaticais*, regras constitutivas do significado de suas expressões constituintes. Apesar da aparente forma descritiva de um enunciado como “preto é mais escuro que branco”, este não é uma descrição, é uma regra *gramatical* de nossa linguagem. Enquanto tal, dá uma *forma de representação* para descrições de objetos. Seu caráter “necessário” deriva, assim, da função desempenhada em nossa linguagem.

É, portanto, através da ideia de arbitrariedade da *gramática*, isto é, a ideia de que nosso aparato conceitual, nossa estrutura linguística, embora influenciada por fatores empíricos, não responde a uma realidade última que a torna correta ou incorreta – e de conceitos como *proposição gramatical* e *forma de representação* – que tentamos mostrar como, sob a perspectiva da filosofia tardia de Wittgenstein, o modo especulativo, metafísico de se fazer Filosofia, entendido aqui como a busca por um conhecimento *a priori*, essencial, necessário e universal da estrutura do mundo, não faz sentido.

1. O ponto central: a gramática é arbitrária

⁶ A necessidade é um modo de verdade, isto é, uma sentença necessária é necessariamente verdadeira. Assim, uma sentença é necessária se, e somente se, ela não pode ser falsa. Em outras palavras, podemos dizer que uma sentença é necessariamente verdadeira se, e somente se, ela é verdadeira em todos os mundos possíveis. Um exemplo intuitivo é o princípio de identidade, Platão é Platão (BRANQUINHO; MURCHO; GOMES, 2006, p. 536).

Antes de entrarmos na discussão aqui proposta, é preciso dar atenção ao tipo de análise a qual Wittgenstein se dedica em sua filosofia madura. Uma passagem das *Investigações Filosóficas* pode nos dar alguma pista:

É como se devêssemos *desvendar* os fenômenos: nossa investigação, no entanto, dirige-se não aos fenômenos, mas, como poderíamos dizer, às ‘*possibilidades*’ dos fenômenos. Refletimos sobre o *modo das asserções* que fazemos sobre os fenômenos. [...] Nossa consideração é, por isso, **gramatical**. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao **uso** das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as **formas** de expressão em diferentes domínios de nossa linguagem. (*IF*, §90, *negrito nosso e itálico do autor*).

No sentido da passagem acima, caso tivesse que resumir em um único slogan sua filosofia tardia, Wittgenstein diria: *Deve-se atentar para o uso e não para a forma das expressões linguísticas*. Deste modo, pede que levemos em consideração a linguagem de fato, ou seja, a linguagem ordinária, e não uma linguagem ideal como a da Lógica, e que dessa maneira retornemos ao “solo áspero” (*IF*, §107). A análise, portanto, parte de nossas práticas linguísticas cotidianas e das regras que estão presentes nestas. Uma vez que este conjunto de regras é denominado como a *gramática* da linguagem, então a investigação wittgensteiniana é *gramatical*. Não obstante, como as *regras gramaticais* estão imiscuídas no uso que fazemos de nossas expressões linguísticas em nossos *jogos de linguagem*⁷, segue-se que devemos nos atentar para o uso e não para as formas das expressões linguísticas.

Em outras palavras e de modo claro, quando estamos interessados em desvendar o papel e função que uma expressão linguística desempenha em nossa linguagem, devemos nos atentar para seu uso, e as regras para este uso, em nossos *jogos de linguagem*. Este modo de analisar a linguagem é fundamental, não só para toda a filosofia tardia de Wittgenstein, mas para o ponto central desse trabalho, visto que, por

⁷ Em sua filosofia madura, Wittgenstein utiliza o termo *jogo de linguagem* para traçar uma analogia entre práticas linguísticas e jogos. Visa, com isso, por um lado, atentar-se para o fato de que a linguagem é uma atividade regrada e por outro, que existe uma heterogeneidade de práticas distintas dentro do conglomerado de práticas de nossa linguagem. Como não é o foco do trabalho, talvez um exemplo seja mais salutar, Wittgenstein, logo no começo das *Investigações* pede que nos atentemos para a multiplicidade de jogos de linguagem: “Comandar, e agir segundo comandos; descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas; produzir um objeto segundo uma descrição (desenho); relatar um acontecimento; conjecturar sobre o acontecimento; expor uma hipótese e prová-la; apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas; inventar uma história; ler; representar teatro; cantar uma cantiga de roda; resolver enigmas; fazer uma anedota; contar; resolver um exemplo de cálculo aplicado; traduzir de uma língua para outra; pedir, agradecer, maldizer, saudar, ora.” (*IF*, §23). Estas práticas linguísticas apresentadas como distintos *jogos de linguagem* dão uma breve noção do que Wittgenstein está se referindo por este termo.

um lado, as chamadas *proposições necessárias* são expressões de *regras gramaticais* na forma de descrições. E por outro, no que tange a pergunta: “existem problemas filosóficos?”. A resposta seria: não, existem apenas confusões linguísticas causadas por más interpretações de nossas formas linguísticas, isto é, por ilusões *gramaticais* (IF, §§110, 111).

Quando consideramos uma sentença que, à primeira vista, guarda uma verdade metafísica acerca do mundo e de seus objetos como: “toda barra tem um comprimento”, somos tentados a pensar que esta é uma descrição de uma característica estrutural necessária do mundo. Contudo, quando analisada sob a lente da filosofia tardia de Wittgenstein, sustentamos que, embora esta sentença tenha a forma de uma *proposição empírica*, ela é uma *proposição gramatical* (IF, §251). Portanto, não é porque uma sentença é formulada, ou pode ser, na forma de uma *proposição empírica* que ela o seja de fato. Assim, aquelas sentenças que parecem descrever verdades necessárias devem ser comparadas com expressões de regras. Elas não estão em nossos *jogos de linguagem* como descrições, mas como regras que determinam como fazemos descrições (BACKER; HACKER, 2009, p. 262).

E quando consideramos uma série de outras sentenças como: “preto é mais escuro que amarelo”; “azul é uma cor”; “existem três cores primárias”; “o metro-padrão tem um metro”, devemos tê-las não como resultados de investigações empíricas ou metafísicas, mas como partes constitutivas dos respectivos significados de suas expressões, sendo, portanto, expressões de *regras gramaticais* na forma de *proposições empíricas*. O mesmo valeria para proposições que apresentam, aparentemente, impossibilidades lógicas, como: “nada pode ser azul e amarelo ao mesmo tempo”. Tal tipo de sentença não apresentaria uma impossibilidade metafísica, mas apenas excluiria uma *forma de palavras* como não fazendo sentido (BACKER; HACKER, 2009, p. 264).

Tais considerações são estendidas também à Geometria e a Aritmética. Contudo, não gostaríamos de entrar nos detalhes de como Wittgenstein pensa a ideia de *regras gramaticais* na Lógica, Aritmética, Geometria, entre outras áreas. Nos basta para a discussão presente ver como na filosofia tardia de Wittgenstein não há um apelo à uma conexão essencial entre linguagem e mundo. É claro que o mundo nos restringe em certos aspectos, e por diversos motivos nos inclina para uma *forma gramatical* ou outra. Entretanto, como a *gramática* é arbitrária, não existe uma *gramática* correta e definitiva para nossa linguagem. Esta ideia nos permite entender, aceitar e explicar como são

possíveis, por exemplo, geometrias, sistemas matemáticos e lógicos distintos uns dos outros.

Entretanto, quando esta mesma ideia é aplicada a um modo especulativo, metafísico de se fazer Filosofia, como o definimos, isto é, como uma investigação acerca das características necessárias e universais do mundo, a ideia wittgensteiniana arruína tais tentativas, pois aquilo que parecem ser verdades metafísicas, não são descrições, mas formulações de *regras gramaticais*. Tais *regras gramaticais* são *normas de representação*, elas indicam e outorgam inferências e descrições (BACKER; HACKER, 2009, p. 263). O conceito de *norma de representação* indica que as *proposições gramaticais* possuem a função de engrenagem central em nossa linguagem, elas fazem parte do aparato conceitual, elas permitem e determinam, em certo sentido, como nossos lances nos *jogos de linguagem* devem funcionar. É neste sentido que Wittgenstein afirma que o princípio do terceiro excluído não diz nada, que ele apenas nos dá uma imagem (*IF*, §352), ou seja, que apenas nos fornece uma *norma de representação*.

Segundo Hacker (1997, p. 118), sustentamos que as questões metafísicas, segundo Wittgenstein, são enganosas, confusas e a maioria sem sentido. Isto ocorre pois expressam pouca clareza e aqueles que as formulam não se atentam à *gramática* dos termos e sentenças empregadas; além do fato de empregarem, equivocadamente, tais questões na forma de questões científicas. Não obstante, na tentativa de responder a estas questões, uma filosofia especulativa tentaria especificar supostas verdades necessárias sobre o mundo. Contudo, estas questões devem ser descartadas por não se atentarem à *gramática* de nossa linguagem. A única coisa que podemos extrair de uma investigação desse tipo, quando possível, são apenas regras para o uso das palavras. Assim, embora sejamos tentados a pensar que tais “proposições metafísicas” afirmam conexões necessárias, na verdade, para Wittgenstein, elas apenas apresentam conexões gramaticais.

É interessante notar como toda discussão acerca da necessidade se resolve na própria linguagem, nas conexões gramaticais, nos usos, nas regras de uso das expressões linguísticas, ou seja, como Wittgenstein não apela a uma natureza suprassensível como um mundo ideal platônico ou condições de possibilidade transcendentais kantianas ou mesmo uma gramática lógico-sintática última, tal como a do *Tractatus*. Contudo, a ideia de arbitrariedade da *gramática* não foi suficientemente esclarecida. Apenas estabelecemos os termos nos quais aquilo que parece ser uma

proposição necessária é, na visão de Wittgenstein, uma *proposição gramatical*. Resta então esclarecer o sentido em que a *gramática* é arbitrária.

Segundo Backer & Hacker (2009, p. 333), a afirmação de arbitrariedade da *gramática* é uma crítica ao pensamento de que nossas *regras gramaticais*, o conjunto de regras para o uso das palavras, as regras lógicas e matemáticas, são, em última instância, derivadas de algum tipo de realidade. Assim, “A afirmação de Wittgenstein que diz que a gramática é arbitrária (ou, como mais raramente ele coloca, autônoma) é direcionada contra a ideia de que a gramática pode ser justificada como correta com referência à realidade” (BACKER; HACKER, 2009, p. 333, *tradução nossa*). Fica claro que Wittgenstein está lutando contra a ideia tentadora, embora errônea, de se referir aquilo que há de mais firme em nossas práticas linguísticas, as *regras gramaticais*, como um *insight* acerca da estrutura metafísica do mundo ou da mente humana.

Deve ficar claro também que a afirmação não luta só contra um modo platônico, cartesiano ou kantiano de especulação, mas também contra a ideia promulgada no *Tractatus logico-philosophicus*, a saber, a de que a linguagem tem uma estrutura isomórfica com a realidade, onde a primeira só consegue descrever a segunda porque espelha sua estrutura. Consequentemente, o principal alvo de crítica, é a ideia de que existe uma linguagem ideal que espelha a estrutura da realidade de forma mais precisa que a linguagem ordinária (GLOCK, 1998, p. 55).

A afirmação, entretanto, não quer dizer que as *regras gramaticais* são arbitrárias no sentido de serem derivadas de escolha ou decisão individual. Nós não somos livres para decidir, sem mais nem menos, que “ $4+4=9$ ” ou que “rosa é uma cor mais escura que preto”. Somos treinados, sem consentimento, a utilizar expressões de nossa linguagem e de nossas notações matemáticas de acordo com suas regras. Em sentido semelhante, a arbitrariedade da *gramática* não quer dizer que qualquer *forma de representação* serviria ao mesmo propósito tão bem quanto a nossa (BACKER; HACKER, 2009, p. 332). “Por fim, se arbitrário é aquilo que é *facilmente dispensável* ou *alterável*, então, claro, nossos conceitos, nossas regras gramaticais (e nossas proposições necessárias) estão longe de serem arbitrárias” (BACKER; HACKER, 2009, p. 333, *tradução nossa e itálico do autor*). Contudo, há ainda outro sentido para a afirmação.

A *gramática* não é arbitrária no sentido de que não é influenciada por certas condições. Nossa formação conceitual é condicionada por diversos fatores, podemos caracterizá-los da seguinte forma: (i) biológicos; (ii) antropológicos; (iii) naturais. Não

entraremos, por questões de brevidade, nos detalhes acerca dos fatores antropológicos. No caso de fatores biológicos, se nossa constituição humana fosse outra, uma série de *jogos de linguagem e regras gramaticais* simplesmente perderiam o sentido para nós. Pensemos, por um lado, em que nossa *gramática* acerca das cores serviria se perdêssemos a capacidade de ver o espectro de cores que o olho humano vê ou em que nossas notações matemáticas serviriam se, por alguma razão qualquer, nossa memória piorasse a ponto de não permitir mais a execução de cálculos; por outro lado, pensemos em que sentido teria o processo de pesar um queijo numa balança e taxa-lo com um preço segundo uma moeda corrente se, sem causa aparente, o queijo mudasse de tamanho aleatoriamente (IF, §142).

Fica evidente que nossas *regras gramaticais*, nossa *gramática*, é condicionada por estes fatores. Entretanto, este condicionamento não determina univocamente nossas *formas de representação*. Basta lembrarmos das geometrias euclidiana e não-euclidianas; dos sistemas de medida de temperatura em escala Celsius, Fahrenheit, Kelvin, entre outros; dos povos e culturas que não diferenciam entre si as cores verde e azul. Assim, se, de repente, fatores biológicos, antropológicos ou naturais se alterassem, eles tornariam, provavelmente, nossa *gramática* inútil e sem sentido, mas não a tornariam falsa.

Portanto, o sentido em que a *gramática* é arbitrária é, no fim das contas, bem simples: as regras constitutivas de nossa linguagem não guardam referências à uma pretensa realidade metafísica que, em última instância, a justificam ou as tornam verdadeiras ou falsas. E para entender isto, basta lembrar, que *proposições gramaticais* são *formas de representação* para nossas descrições. A sentença, “vermelho é uma cor” não é uma descrição, é uma *proposição gramatical*, a expressão de uma *regra gramatical* que dá uma *forma de representação* que permite e justifica a descrição de objetos físicos como vermelhos. Neste sentido, a *gramática* das cores não reflete a natureza das cores, é, pelo contrário, nossas regras para o uso das palavras referentes a cores que estabelece aquilo que chamamos de cor (BAKER; HACKER, 2009, p. 334).

“Portanto, as regras gramaticais são arbitrárias ou autônomas. *Não existe algo como justificar a gramática como correta por referência à realidade*” (BAKER; HACKER, 2009, p. 336, *tradução nossa e itálico do autor*). Não há possibilidade de justificação porque a justificativa teria que ser expressa em uma linguagem. Assim, qualquer proposição apresentada como justificativa pressuporia uma *gramática* para seu funcionamento. Simplesmente não haveria um ponto de vista extralinguístico ou pré-

conceitual a partir do qual se poderia justificar um dado sistema gramatical. (GLOCK, 1998, p. 57).

Talvez a justificação pudesse até ser feita, afinal, é possível construir sistemas linguísticos robustos para dar conta de sistemas mais simples. Contudo, mesmo isto sendo feito, o sistema mais robusto também contaria com um conjunto de pontos arbitrários, o que acarretaria uma regressão infinita. Além disto, há dificuldades técnicas em construir metalinguagens tão robustas. Imaginemos, apenas a título de exemplo, construir uma metalinguagem forte o suficiente para justificar todas as *regras gramaticais* de nossa linguagem ordinária.

2. A dissolução do modo especulativo na filosofia

Até o momento a questão central de dissolução de um modo especulativo, metafísico de se fazer Filosofia fora apenas tateada. Porém, este é o momento de utilizar a filosofia de Wittgenstein para o fim específico que é a razão deste trabalho. Para isto, primeiro, retomemos aquilo que estamos chamando de modo especulativo: a busca por um conhecimento *a priori*, essencial, necessário e universal, da estrutura do mundo, tal como a procura por um mundo platônico de Ideias eternas, imutáveis e perfeitas que nunca poderá ser provado pela experiência empírica, mas apenas acessado pela Razão. Segundo, retomemos a nossa tese: a ideia de arbitrariedade da *gramática*, e suas respectivas consequências, minam qualquer tentativa de um modo especulativo de se fazer Filosofia como entendido acima. Agora basta aplicar a reconstrução feita anteriormente mostrando em que sentido nossa tese se sustenta.

O primeiro ponto a nosso favor é o que Wittgenstein escreve em *Philosophical grammar*: “a conexão entre ‘linguagem e realidade’ é feita através de definições de palavras, e isto pertence à gramática [...]” (WITTGENSTEIN, 1974, p. 97, *tradução nossa*). Tal passagem deixa claro que a conexão entre linguagem e realidade é feita por conexões intra-gramaticais e não através de um *link* metafísico e necessário entre as duas. Em outro momento escreve ainda:

Alguém é tentado a justificar as regras gramaticais através de sentenças como ‘Mas existem realmente quatro cores primárias’. E se dissemos que as regras gramaticais são arbitrarias, direcionamos isto contra a possibilidade desta justificação. (WITTGENSTEIN, 1974, p. 185-186, *tradução nossa*).

E um pouco depois afirma: “As regras gramaticais não podem ser justificadas mostrando como suas aplicações fazem uma representação de acordo com a realidade” (WITTGENSTEIN, 1974, p. 186, *tradução nossa*). Com estas passagens, é evidente que não só a conexão entre realidade e linguagem é estabelecida pelas regras gramaticais, como também não se pode tentar justificar estas regras através de uma conexão metafísica, necessária.

O segundo ponto é quando Wittgenstein escreve: “A *essência* está expressa na gramática” (IF, §371) e continua na sequência: “Reflita: ‘O único correlato da linguagem a uma necessidade natural é uma regra arbitrária. Ela é a única coisa que podemos retirar dessa necessidade natural em uma frase’” (IF, §372). Assim, quando procuramos pela necessidade de uma sentença, que está na forma de uma descrição necessária como “todo objeto tem uma extensão”, não encontramos uma *proposição necessária*, mas uma *regra gramatical*. Aquilo que nos deparamos é apenas uma parte daquilo que constitui nossa estrutura linguística e não a descrição de uma essência do mundo ou da mente humana.

O terceiro ponto é a ideia de que as *regras gramaticais* são engrenagens centrais para o funcionamento de nossa linguagem. *Proposições gramaticais* não são descrições, são expressões de regras, estipulam padrões pelos quais realizamos nossos lances em nossos *jogos de linguagem*. Quando consideramos o metro-padrão de Paris, podemos dizer que tem um metro de comprimento e que não tem. Com isto não é atribuído a ele qualquer qualidade notável, mas apenas que fora caracterizado o papel especial que o metro-padrão desempenha em nossa linguagem (IF, §50). Aqui a reflexão é a seguinte: diz-se que o metro-padrão tem um metro pela obviedade dele ser o paradigma de metro, contudo, que ele não tem, pois não faz sentido medir o metro-padrão a partir dele mesmo. Não obstante, parece tentador pensar que o metro-padrão deva necessariamente ter um metro. Todavia:

Aquilo que, aparentemente, *deve* haver pertence à linguagem. É um paradigma no nosso jogo: algo com o qual é comparado. E constatar isso pode significar fazer uma constatação importante; mas é com efeito uma constatação concernente ao nosso jogo de linguagem – nosso modo de apresentação. (IF, §50).

O quarto ponto é uma síntese de todo o constructo feito aqui da filosofia de Wittgenstein e é nosso argumento mais forte contra aquilo que estamos chamando de

modo filosófico especulativo. Qualquer sentença que aparentemente é uma descrição de uma característica necessária, seja do mundo empírico, suprassensível ou das categorias *a priori* da mente humana, como, por exemplo: “amarelo é uma cor”; “todo efeito tem uma causa”; “todo corpo tem uma extensão”; “o metro-padrão tem um metro”; “preto é mais escuro que branco”; “*p* ou *não-p*”, etc. não é uma descrição, mas a expressão de uma *regra gramatical*, um ponto de referência em nossos *jogos de linguagem*. Portanto, as *proposições*, à primeira vista, *necessárias* são *proposições gramaticais*. Estas últimas são normativas, indicam, outorgam e justificam inferências e descrições. Neste sentido, são *normas de representação* pelas quais nossos *jogos de linguagem* funcionam e operam. Estas *normas de representação* forjam *formas de representação*.

Nossa *forma de representação*, nossa *gramática*, embora condicionada por fatores biológicos, antropológicos e naturais, não guarda nenhuma metafísica, ou seja, não responde, em última instância, a uma conexão necessária com a realidade, não existindo, portanto, possibilidade de justificar nossas *regras gramaticais*, nem as julgar como verdadeiras ou falsas ante a realidade. Com efeito:

O que eleva uma proposição a dignidade de uma proposição necessária não é sua verdade invariável, mas a função desempenhada – como norma de representação, como determinação de um conceito, como uma regra para transformação de proposições, como correlata de uma regra de inferência, como explicação de significado, e assim por diante. (BAKER; HACKER, 2009, p. 367, *tradução nossa*).

Consequentemente, seguindo a filosofia de Wittgenstein, não há sentido em uma filosofia especulativa, metafísica. Toda busca por uma característica necessária do mundo encontra não descrições, mas expressões de regras, pontos de referência, engrenagens centrais de nossa linguagem, de nossa *gramática*, de nossa *forma de representação*. A partir do momento em que esta *gramática* possui um aspecto arbitrário, não há necessidade nela, o que mina uma especulação acerca do caráter necessário da realidade.

Por fim, o erro do modo especulativo de filosofar consiste em não se atentar para o fato, hoje amplamente aceito, de que toda e qualquer observação e descrição é teoricamente contaminada. Toda nossa observação e descrição, sendo fiéis a linguagem wittgensteiniana, é contaminada por uma *forma de representação*, não existe uma linguagem ideal, neutra. Toda descrição surge como produto de uma mistura de fatores biológicos, antropológicos, naturais, arbitrários, convencionais, lógico-linguísticos e é

justamente esta mistura de fatores envolvidos na descrição que o modo especulativo, metafísico, ignora. Portanto, é por meio da ideia de arbitrariedade da *gramática*, e toda consequência que esta ideia acarreta, que, através da filosofia de Wittgenstein, podemos dissolver as pretensões de uma filosofia especulativa.

Considerações finais

O presente texto explorou como a ideia wittgensteiniana de arbitrariedade da *gramática* pode colaborar para uma das funções que a Filosofia Analítica rogava, principalmente em seu início, a saber, mostrar como problemas filosóficos não passam de mal-uso da linguagem. Nesta empreita, adotamos a estratégia, não de mostrar como as grandes e gerais perguntas filosóficas tradicionais são destituídas de significado, mas sim de analisar as ditas *proposições necessárias*. Esta análise, em Wittgenstein, sai do âmbito metafísico, especulativo, para o âmbito linguístico.

Quanto ao modo de reconstrução das ideias wittgensteinianas, adotamos uma espécie de reconstrução racional de sua argumentação, cabendo lembrar, que todo o desenvolvimento de nossas práticas linguísticas e, portanto, da *gramática*, ocorre em um conjunto maior de práticas chamada de *forma de vida*, conceito de Wittgenstein que passamos conscientemente sem tocar.

Já quanto a ideia wittgensteiniana propriamente dita, vimos que sentenças que parecem descrever características necessárias do mundo não devem ser vistas como *insights* na natureza da realidade, mas como *proposições gramaticais*. Estas são expressões de *regras gramaticais*, e a *gramática*, o conjunto destas regras, guarda um aspecto arbitrário. Neste sentido, buscamos mostrar como não faz sentido um modo especulativo de se fazer Filosofia nos moldes de nossa definição.

Poderiam objetar que nossa definição de filosofia especulativa, metafísica, não faz justiça à História da Filosofia. Tendemos a concordar que nossa definição para este artigo fora bem restritiva. Pela natureza metodológica de nossa análise, tivemos que nos ater à uma definição deste cunho para conseguir sanar satisfatoriamente a questão. Por fim, nosso intuito não era dar um fim derradeiro à metafísica e ao modo especulativo na Filosofia, mas mostrar como, na filosofia madura de Wittgenstein, a análise ocorre em termos de práticas linguísticas e como esta discussão pode apresentar aspectos interessantes à Filosofia, negando, é claro, a metafísica.

Referências

- ABBAGNANO. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale; tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.
- BAKER, G.P.; HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: understanding and meaning*. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2005.
- _____. *Wittgenstein: rules, grammar and necessity*. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2009.
- BRANQUINHO, J; MURCHO, D; GOMES, N.G. *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DESCARTES, R. *Meditações*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987-1988, 4ª edição.
- FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência”. Tradução de Sérgio R. N. Miranda. *Fundamento*, v.1, n.3, 2011.
- _____. “The thought: a logical inquiry”. *Mind*, vol. 65, n. 259, p. 289-311, 1956.
- GLOCK, H. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- _____. *O que é filosofia analítica?* Tradução de Roberto Hofmesteir Pich. Rio Grande do Sul: Penso, 2011.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy*. Great Britain: Blackwell Publishers, 1996.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MACHADO, A. *Lógica e forma de Vida*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007.
- PLATO. *The republic*. Edited by G.R.F. Ferrari. Translated by Tom Griffith. United Kingdom, Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge texts in the history of political thought), 2003.
- WITTGENSTEIN, L. *Da Certeza*. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.
- _____. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- _____. *Philosophical grammar*. Edited by Rush Rhees. Translated by Anthony Kenny. Great Britain, Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Translated by C. K. Ogden: Mineola, New York: Dover Publications, 2016.

Recebido em: 24/08/2018

Aprovado em: 20/11/2018